

ATAS

Folha 12
Nº do livro 2147483647

ATA NUMERO DOIS

Aos quinze dias do mês de dezembro do ano de dois mil e vinte e cinco, pelas vinte e uma horas e dez minutos, no Edifício da Junta de Freguesia em Bagunte, reuniu a Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada, sob a presidência de José Manuel Novais Torres com a seguinte **ordem de trabalhos**:

1. Período de Antes da Ordem do Dia

- a) Apreciação e votação da Ata n.º 17 de 11 de setembro – mandato 2021/2025;
- b) Apreciação e votação da Ata n.º 1 de 24 de outubro – mandato de 2025/2029;
- c) Outros Assuntos.

2. Período da Ordem do Dia:

- a) Proposta de retificação do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada, para o mandato 2025/2029;
- b) Informação do Sr. Presidente de Junta sobre a atividade da Junta de Freguesia e sua situação financeira;
- c) Apreciação e votação da proposta para autorização da realização de acordos de execução de delegação e atribuições e competências, entre a Câmara Municipal de Vila do Conde e a União de Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada;
- d) Apreciação e votação da proposta das opções do plano, orçamento e mapa de pessoal para o ano de 2026;
- e) Apreciação e votação da proposta de alteração à tabela de taxas e licenças a vigorar a partir de janeiro de 2026.

3. Período de Depois da Ordem do Dia (período para intervenção do público)

O Sr. Presidente da Mesa da Assembleia de Freguesia, José Manuel Novais Torres, deu início à reunião verificando a presença de todos os seus Membros.

Pediu a palavra o deputado Sr. Rogério Ferreira para reforçar junto dos restantes deputados a importância do debate e da forma democrática que o mesmo deve ser feito.

ATAS

Da ordem de trabalhos constava no período de antes da ordem do dia na **alínea a)** 13
Apreciação e votação da Ata n.º 17 de 11 de setembro – mandato 2021/2025. 2147483647

Interveio o Sr. Rogério Ferreira referindo que, não tendo sido deputado no mandato anterior, não considera correto a sua votação nesta ata. O mesmo foi referido pela Srª Sílvia Saraiva. Posteriormente, este ponto foi submetido a apreciação, seguido de votação, o qual foi aprovado com sete votos a favor e duas abstenções.

Da ordem de trabalhos constava na **alínea b) Apreciação e votação da Ata n.º 1 de 24 de outubro – mandado de 2025/2029.**

Este ponto foi submetido a apreciação, seguido de votação, o qual foi aprovado por unanimidade, com nove votos a favor.

Na **alínea c) Outros assuntos**

O deputado Sr. Rogério Ferreira apresentou as seguintes questões: esclarecimento sobre as rendas da Casa do Porto e da Casa de Ferreiró; questionou se houve verificação da situação do tanque situado na freguesia de Ferreiró; realizou questões sobre as obras de acessibilidade da Junta de Freguesia de Bagunte e os respetivos contratos e terminou mencionando que tenciona realizar auditoria às contas. Reforçou também junto dos deputados do grupo de cidadãos eleitores “PPT – Projeto para Todos” a importância de realizarem as aprovações com consciência visando que todos têm responsabilidade sobre o que é aprovado em assembleia.

A deputada Srª Sílvia Saraiva mencionou pontos da ata 17 do mandato 2021/2025 e pediu esclarecimentos acerca do Advogado contratado para solucionar a situação da Casa do Porto e pediu esclarecimento sobre quem realizou as obras ilegais.

Tomou então a palavra o Presidente da Junta, Sr. Bernardino Silva.

Relativamente às rendas da casa do Porto, o Presidente da Junta informou que os documentos publicados relativamente ao relatório de contas já se encontravam corrigidos e atualizados. Em relação às rendas da casa de Ferreiró, foi esclarecido que até à atualidade a inclina não pagava renda monetária por prestar serviços à junta, de preservação do espaço. Acrescentou que no ano de 2026 as rendas relativas à casa de Ferreiró estarão nas contas. Relativamente ao tanque que está situado na freguesia de Ferreiró, o Presidente da Junta informou que houve uma queixa na Agência Portuguesa do Ambiente (APA) e que a mesma já visitou e avaliou a situação. Até à data, ainda não foi informado por parte da APA sobre o resultado da avaliação. Acerca das obras de acessibilidade da Junta de Freguesia de Bagunte e dos respetivos contratos, o Presidente da Junta informou não ter na sua posse os documentos e convidou o deputado Sr. Rogério Ferreira para uma reunião para lhe mostrar toda a documentação e a avaliarem em conjunto. Relativamente à intenção de realizar

ATAS

auditoria às contas, o Presidente da Junta demonstrou estar tranquilo com a realização da 14
mesma. Nº do livro 2147483647

Respondendo às questões da deputada Sr^a Sílvia Saraiva, o Presidente da Junta mencionou que foi contratada uma advogada de Vila do Conde e que a mesma está responsável pelo processo. Esclareceu que a documentação que existe nas Finanças e na conservatória divergem e que não se refletem na realidade estrutural da casa. Salaria que as obras ilegais que foram realizadas na casa não foram no seu mandato e que herdou esta situação quando tomou posse.

Pediu novamente a palavra o Sr. Rogério Ferreira, solicitando ao Presidente da Mesa da Assembleia o seguinte aditamento Ipsi Verbis à presente ata:

"Para esclarecimento cabal desta questão e no âmbito do exercício do meu direito de fiscalização consagrado na Lei, para cabal esclarecimento desta discrepância de valores, requeiro ipsi verbi, a V. Exa. que me sejam facultadas, no prazo legal de 10 dias, cópias dos seguintes documentos:

- A listagem completa de todos os procedimentos de contratação pública (ajustes diretos, consultas prévias, etc.) associados a esta Ação do PPI referentes aos anos do último mandato;
- Todas as faturas adjacentes e imputadas a obras realizadas nesta sede de junta no último mandato, e ao projeto, referente a obras realizadas;
- Todos os Autos de Mediação validados que suportam o pagamento das referidas faturas;
- Cópia de quaisquer contratos adicionais (ajustes diretos ou outros) celebrados com a empresa *Retorvila - Construções Lda.* ou outros fornecedores para esta mesma obra;
- Nota justificativa dos procedimentos de contratação adotados para a parte da despesa não coberta pelo contrato principal;
- Cópia da ata ou das atas referentes à votação da aprovação do contrato ou da prestação de contas que incida já supra identificado, assim como o sentido de voto dos deputados eleitos, sendo estes devidamente identificados.

Pedido este com a finalidade de as entidades competentes (IGF/Tribunal de Contas) possam, se necessário, analisar a legalidade deste procedimento. Requeiro ainda a cópia da ata pelo suporte mais expedito possível até ao final desta sessão. Sem mais nada a acrescentar."

Nada mais havendo a tratar, passou-se ao período da ordem do dia.

Da ordem de trabalhos constava na **alínea a) do ponto 2: Proposta de retificação do Regimento da Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada, para o mandato 2025/2029.**

ATAS

Foram apresentadas duas propostas: Proposta A, pelo Movimento PPT, e Proposta B pelo movimento Aliança Vila do Conde. O Sr. Rogério Ferreira comparou a proposta A com o regimento da Câmara Municipal de Vila do Conde, onde salientou o corte de vários pontos. Demonstrou-se desagradado com o facto da proposta A se basear em cortes de tempo e referiu desigualdade de tratamento em relação aos membros do Movimento PPT e da Aliança Vila do Conde. Acrescentou ainda que considera prepotente o facto de reduzir os tempos de entrega de documentos e apresentação de propostas, alegando que o objetivo é cortar-lhe a palavra. Referiu ainda descontentamento por não existirem outros meios de fazer chegar o Edital à população, sugerindo meios on-line para o efeito. Demonstrou-se novamente desagradado com o facto de o regimento não estar publicado à data. Acrescentou ainda, direcionando-se aos deputados presentes, que os mesmos devem expor a sua opinião e não apenas estarem presentes nas assembleias, exigindo aos mesmos honestidade e vontade em fiscalizar e analisar.

Pediu a palavra o deputado Sr. João Cruz, mostrando-se ofendido com as palavras que lhe foram dirigidas enquanto deputado há 8 anos. Referiu que sempre debateram e providenciaram de forma pragmática tudo o que foi proposto em prol das quatro freguesias. Relativamente à divulgação do Edital, o Sr. João Cruz reforça que o mesmo é publicado nas diversas redes sociais da junta bem como nos locais mais frequentados das freguesias.

De seguida, tomou a palavra a Sr^a Sílvia Saraiva, reforçando que a proposta de encontrar outros meios de divulgação do Edital tornam a Junta de freguesia mais aberta e dinâmica aos cidadãos, salientando que este é o grande objetivo da proposta B.

Tomou a palavra o Sr. Rogério Ferreira, pedindo que houvesse um consenso na decisão dos tempos de intervenção e que os mesmos ficassem reiterados no regimento a não ser que os mesmos sejam apenas indicativos e haja bom senso por parte do Presidente da Mesa da Assembleia aquando temas mais sensíveis a debates e o tempo possa ser sensivelmente prolongado. O Presidente da Mesa da Assembleia mencionou que os tempos estipulados no regulamento são indicativos, mas reforça que quando surgem perguntas e pedidos de esclarecimento as mesmas devem vir preparadas de forma óbvia e objetiva, de forma a demorar o menos tempo possível. Relativamente ao prazo de entrega dos documentos e apresentação de propostas, o Presidente da Mesa da Assembleia esclareceu que o prazo de até 48h agiliza o envio de documentos que por motivos alheios se tenha atrasado no envio, contudo reforça que tudo fará para enviar os documentos com a maior brevidade possível. O Sr. Rogério Ferreira pediu novamente a palavra, questionando se os deputados presentes estão dispostos a aceitar alguma proposta realizada pelo mesmo ao atual regimento, nomeadamente no aumento de tempo de intervenção e na melhoria da publicidade das assembleias.

ATAS

O Sr. João Cruz tomou a palavra, respondendo ao deputado Sr. Rogério Ferreira que não há 16
objetivo de cronometrar a intervenção de ninguém, ressaltando que os tempos estipulados 647
são meramente indicativos e que não se pretende cortar a palavra a ninguém. O Sr. Rogério
referiu então que esta indicação deveria ser oficializada no regimento pois não confia que a
Mesa da Assembleia cumpra em todos os momentos.

Foi dada a palavra à deputada Sr^a Ana Sofia, referindo que é a sua primeira experiência como
deputada e que se estivesse a assistir à assembleia como cidadã comum, perderia o
interesse pela mesma pois o mesmo tema estava a ser abordado repetidas vezes, e por isso
mesmo concorda com as reduções de tempo propostas reforçando que os mesmos servem
para os deputados terem uma melhor preparação e um discurso mais objetivo do que
pretendem expor e debater na assembleia.

O Sr. Sandro Araújo afirmou que antes de ser deputado já presenciava as assembleias de
freguesia e que sempre interveio de forma objetiva. Descreve que as assembleias da União
de Freguesias têm sempre pouca adesão por parte da população e não considera que a
mesma seja por falta de divulgação.

O Sr. Sérgio Moninhas acrescentou que já faz parte da assembleia há muitos anos e
acrescentou ao já dito pelos colegas deputados que é um gosto ver a seriedade que o
executivo liderado pelo Presidente Bernardino Silva sempre trabalhou e reforçou estar de
acordo com a proposta A apresentada pelo Movimento PPT.

A Proposta A foi submetida a apreciação, seguida de votação, a qual foi aprovada com sete
votos a favor e dois contra. A Proposta B foi submetida a apreciação, seguida de votação, a
qual foi reprovada com dois votos a favor e sete contra.

Seguiu-se o ponto seguinte da ordem de trabalhos, **alínea b) do ponto 2: Informação do Sr.
Presidente de Junta sobre a atividade da Junta de Freguesia e sua situação financeira.**

O Presidente da Junta referiu que a situação financeira da Junta de Freguesia encontra-se
perfeitamente consolidada, garantindo estabilidade, segurança e confiança no futuro da
comunidade. No que concerne à atividade da junta, foi salientado o contínuo apoio na área
social, apoiando as Conferências Vicentinas no auxílio das famílias mais desfavorecidas, bem
como no apoio à população sénior nas necessidades que surgem. Reforçou o apoio na área
desportiva às quatro associações existentes na União de Freguesias: Bagunte Futebol Clube,
Clube Desportivo de Outeiro, Grupo Desportivo de Ferreiró e o Ferreiró BTT Team. Na área
da educação, continuam a estar presentes em todas as atividades desenvolvidas no Centro
Escolar Agustina Bessa-Luís, bem como asseguram a organização do ATL. A junta de
freguesia continua a assegurar o transporte das crianças que não se encontram abrangidas
pelo transporte municipal. Relativamente ao movimento associativo, o Presidente da Junta
reforçou que à data a União de Freguesias conta com 25 associações, tendo o cuidado de

ATAS

reunir com as mesmas de forma a definir o plano anual de atividades. Realizam um trabalho de colaboração com as associações e comissões de festas, bem como organizam a Festa do Encerramento de Verão, em Ferreiró e a tradicional Desfolhada, em Parada. Salientou o trabalho diário de colaboração com todas as associações para que a União de freguesias seja o mais dinâmica possível. No que concerne às obras e intervenções, o Presidente da Junta referiu a colaboração na construção da nova sede do Motoclube Cavaleiros de Santa Maria, a recuperação dos caminhos rurais e tanque público, no lugar de Cunha em Parada, e a recuperação da zona envolvente à Poça dos Pesos, em Corvos. Terminou a intervenção referindo que irá ser desenvolvida uma parceria com a Câmara Municipal e a Faculdade de Biologia da Universidade do Porto que visa o restauro ecológico de tanques e fontes da União de Freguesias, visando a criação de uma rota da biodiversidade.

Passou-se ao ponto seguinte da ordem de trabalhos **alínea c) do ponto 2: Apreciação e votação da proposta para autorização da realização de acordos de execução de delegação e atribuições e competências, entre a Câmara Municipal de Vila do Conde e a União de Freguesias de Bagunte, Ferreiró, Outeiro Maior e Parada.**

O Presidente da Junta transmitiu que, tal como em anos anterior, a Câmara Municipal propõe a celebração de acordos de execução com a Junta de Freguesia para as áreas de Manutenção de espaços verdes, transferindo uma verba de 24.849,65€, e Limpeza de Vias e Espaços Públicos, transferindo uma verba de 140.255,25€. Reforçou que esta transferência de competências só é realizada caso a Assembleia de Freguesia assim o aprove. O Presidente da Junta reforçou que nestes acordos de transferência de competências, não estão incluídos acordos de transferência de competências à manutenção e reparação de arruamentos, embora por vezes atue em pequenas reparações para uma resposta mais rápida, contudo salientou que esta competência é responsabilidade da Câmara Municipal. Acrescentando ao já mencionado, a Câmara Municipal propõe ainda as transferências de verbas para o apoio de gastos nas escolas, no valor de 9.325,17€, para os serviços operacionais, no valor de 38.919,42€ e um complemento ao Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF) no valor de 163.993,78€. Em suma, caso a Assembleia de Freguesia o aprove, foi comunicado pelo Presidente da Junta que serão transferidos para a Junta da União de Freguesias um total de 377.343,27€.

Este ponto foi submetido a apreciação, seguido de votação, o qual foi aprovado com sete votos a favor e duas abstenções.

Da ordem de trabalhos constava na **alínea d) do ponto 2: Apreciação e votação da proposta das opções do plano, orçamento e mapa de pessoal para o ano de 2026.**

ATAS

O Sr. Presidente da Junta comunicou que estão previstas receitas correntes no valor de 18 563.059,68€ e receitas de capital no valor de 162.400,00€. Explicou que as receitas correntes são resultado essencialmente de impostos diretos como IMI – 6.800€, taxas de canídeos e outros - 1.600€, rendas das habitações - 3.540€, concessão de sepulturas e jazigos dos cemitérios - 35.000€, transferência da Administração Central através do fundo de financiamento das freguesias – 168.721,00€, do IEFP para participação de despesas do GIP e outras – 19.700€, transferências da Câmara Municipal de valores referentes a acordos de execução, anteriormente aprovados – 377.343,27€, aluguer de espaços e equipamentos e serviços diversos (transporte escolar, atividades de tempos livres, prolongamento escolar, centro de convívio sénior) bem como apoio para a realização da Feira do Gado – 31.300€. Acrescentou que para o valor de receitas de capital, está previsto a quantia de 100.000,00€ por parte da Câmara Municipal para investimento em obras. Relativamente às despesas, o Sr. Presidente da Junta referiu que está prevista uma despesa corrente de 563.059,68€ e uma despesa de capital no valor de 162.400,00€, totalizando uma despesa de 725.459,68€. Explicou que estas despesas dizem respeito a despesas com funcionários da Junta de Freguesia, funcionário do GIP, colaboradores de apoio à Junta, coveiro, contabilista, serviços jurídicos, pessoal que dá apoio no centro escolar e transporte escolar e pessoal afeto ao centro de convívio totalizando 358.600,00€; à Aquisição de Bens e Serviços para fazer face às atribuições e competências da Junta de Freguesia, gasóleo, gasolina, herbicidas, manutenção de máquinas e equipamentos, material de expediente, limpeza, higiene e telecomunicações, eletricidade, totalizando 133.150,00€; aos apoios a associações culturais, desportivas e recreativas, no valor de 20.000€; ao apoio de eventos culturais, Desportivos e Recreativos (passeio da União das Freguesias, Convívio de Natal, Feira do Gado e outras iniciativas culturais e recreativas), totalizando 38.959,68€; e na renovação do sistema informático da Junta da União de Freguesias, no valor de 5.000,00€.

O Sr. Presidente de Junta acrescentou ainda as obras que pretende executar bem como o orçamento das mesmas, nomeadamente: a construção de sepulturas no cemitério de Parada – 7.500€, o alargamento da Rua do Cruzeiro, em Parada, implicando a demolição de uma casa – 25.000€, a substituição da cobertura do edifício da Escola de Música de Bagunte – 32.000€, a beneficiação de parques, jardins e cemitérios - 7.500,00€, o alargamento da Rua da Aldeia Nova em Outeiro Maior, junto à igreja, e 2ª fase da construção do parque de estacionamento – 15.000,00€, o arranjo urbanístico do Largo do Sobreiro, em Santagões - 7.500,00€, os alargamentos na rua das escolas em Bagunte e Avenida Principal em Outeiro – 5.000, o parque de estacionamento junto à igreja de Bagunte, e ainda reparações, repavimentação e pequenos arranjos urbanísticos a realizar na União de freguesias – 15.000,00€.

ATAS

Relativamente ao mapa de pessoal, o Sr. Presidente da Junta informou que existem 9 funcionários a contrato a termo indeterminado e 6 funcionários que pretendem entrar para a Junta. Anunciou que pretendem que oito dos funcionários integrem os quadros de pessoal da junta de freguesia, ficando afetos à função pública. Informou que a funcionária do GIP continuará com contrato a tempo indeterminado pois está condicionada pela manutenção do GIP em Bagunte. Do quadro do pessoal apresentado, o Sr. Presidente da Junta informou que se encontra um funcionário de baixa médica há quase 3 anos, não havendo certezas que o mesmo regresse ao trabalho.

Pedi a palavra o Sr. Rogério Ferreira, questionando o Sr. Presidente da Junta se as despesas seriam maiores do que as receitas, onde o mesmo lhe respondeu que seriam exatamente iguais. Relativamente às obras, o Sr. Rogério Ferreira questionou o ponto de situação das obras prometidas pelo Sr. Presidente da Câmara de Vila do Conde relacionadas com o largo da Trindade, em Ferreiró, e o Pavilhão Multiusos, em Bagunte. O Sr. Presidente da Junta respondeu que o concurso público para as obras do Largo da Trindade já foi lançado, havendo fundos comunitários afetos ao concurso, tendo já existido reuniões com os empreiteiros e que, entretanto, deveriam ser assinados os contratos para início das obras. Relativamente ao Pavilhão Multiusos, o Sr. Presidente da Junta informou que o projeto estava pronto e que faltava definir no orçamento anual da Câmara Municipal, à data, a verba afeta à construção do pavilhão, mas que a mesma iria existir, contudo não na totalidade da obra. Acrescentou ainda que estão a aguardar e a pressionar para que a obra inicie o mais rápido possível, mas que isto não depende exclusivamente da Junta de Freguesia.

Não havendo mais nada a apresentar, este ponto foi submetido a apreciação, seguido de votação, o qual foi aprovado com sete votos a favor e duas abstenções.

Da ordem de trabalhos constava na **alínea e) do ponto 2: Apreciação e votação da proposta de alteração à tabela de taxas e licenças a vigorar a partir de janeiro de 2026.**

Foi apresentado pelo Sr. Presidente da Junta a proposta de alteração de taxas a vigorar a partir de 1 de janeiro de 2026: alteração do valor das certidões para não residentes, do valor das fotocópias e dos valores das licenças dos canídeos e gatídeos; alteração do valor da inumação e do valor da concessão de ossários; ajuste do valor pago pelos utentes do centro de convívio sénior; alteração dos valores a cobrar no ATL, no transporte escolar e na colónia de férias, a ser aplicados após o encerramento escolar.

Este ponto foi submetido a apreciação, seguido de votação, o qual foi aprovado com sete votos a favor e duas abstenções.

Passou-se ao **ponto 3) Período de Depois da Ordem do Dia (período para intervenção do público).**

ATAS

Antes do Sr. Presidente da Assembleia dar a palavra ao público presente, a Sr^a Sílvia Samiiva 20 pediu a palavra para reforçar junto dos colegas deputados e do público que assiste 201483647 assembleia que o debate é essencial para que os cidadãos saiam informados das assembleias de freguesia. Reforçou que as questões devem ser colocadas e debatidas para que os cidadãos presentes sejam informados, e que sem isso os mesmos não saem esclarecidos da assembleia de freguesia.

Seguiu-se então a intervenção do público. Pediu a palavra o Sr. Fernando Almeida, de Outeiro Maior, começando por parabenizar o novo executivo e membros da assembleia de freguesia. De seguida, sugeriu uma correção à ata de 11 de setembro de 2025 onde o mesmo diz ter questionado o Sr. Presidente da Junta acerca da casa de Ferreiró que estava abandonada e podia estar a render verbas à junta e o porquê de a casa estar nessa situação. Mencionou que o Sr. Presidente da Junta respondeu que a casa estava arrendada e que a senhora pagava a renda todos os meses. Reforçou que foi assim que a pergunta foi feita e não como estava na ata anteriormente mencionada. Posteriormente, solicitou que o Presidente da Junta tornasse público todos os documentos relativos às casas do Porto, como as vistorias, avaliações, obras ilegais, entre outros porque ainda não viu nada concreto acerca dos mesmos. Finalizou questionando acerca do projeto do saneamento em Outeiro Maior, onde na última assembleia o Sr. Presidente da Junta informou que havia um erro de projeto, querendo saber se o mesmo vai ou não ser corrigido.

O Sr. Presidente da junta respondeu que relativamente à casa do Porto, já mostrou numa assembleia a certidão emitida pela Câmara Municipal do Porto e que colocou ao dispor da assembleia presente. Considerou que não acha correto publicar documentos como vistorias no site da junta, mas que o mesmo está disponível na junta para toda a população que o queira ver. Relativamente às avaliações reforçou que as mesmas foram feitas em 2021, fazendo parte das atas e dos documentos que foram submetidas a aprovação para a venda da casa, portando já se encontram publicados. Em relação à casa de Ferreiró, reforçou que a senhora que lá se encontra, continua a pagar a renda e que enquanto ela o fizer, a casa continua alugada. Sobre o saneamento, o Sr. Presidente da Junta referiu que o erro que estava no projeto incluía não só Outeiro Maior, mas também Bagunte. O projeto está, à data, em fase de retificação para ser novamente lançado o concurso. Reforçou que o saneamento não irá terminar na igreja de Outeiro Maior e que já houve, há bastante tempo, reuniões na Indaqua e na Câmara Municipal para corrigir o projeto.

Voltou a ter a palavra o Sr. Fernando Almeida questionando onde está refletido o valor da renda nas contas da junta. O Sr. Presidente da Junta respondeu que o Sr. Fernando fez um pedido de esclarecimento ao executivo por escrito sobre este tema e que o mesmo lhe respondeu por escrito. O Sr. Fernando pediu que o Sr. Presidente da Junta respondesse para

ATAS

o público presente e o Sr. Presidente da Junta frisou que já o tinha dito na presente assembleia em resposta ao Sr. Rogério Ferreira, contudo voltou a mencionar que até 2017 de 2026 a senhora prestava serviços à junta e dessa forma pagava a renda. A partir do presente ano, como a senhora não reside permanentemente na casa, a mesma terá de pagar um valor de renda que foi atualizado. O Sr. Fernando voltou a questionar como será pago e onde está escrito isso nas contas da junta. O Sr. Presidente da Junta voltou a reforçar que até à data não havia pagamento monetário, ou seja, a junta não pagava nem recebia, em troca da manutenção do espaço que era realizada pela senhora. Ressalvou que esta situação já estava assim acordada antes de tomar posse e que assim se manteve.

O Presidente da mesa de Assembleia deu a palavra ao Sr. Manuel Ferreira, de Ferreiró, que questionou se todas as associações que a junta apoia são registadas, pois concorda que para apoiar as associações as mesmas devem estar devidamente coletadas. Referiu que teve uma reunião com o Sr. Presidente da junta e um jovem de Ferreiró que quer reativar a associação e colocar os documentos da mesma em ordem, o que até à data não o fez. Referiu que ninguém foi ter com ele e que anunciaram a reativação do Rancho onde a identificação do mesmo se encontra no seu nome e de outros. Questionou como é possível a Junta estar a apoiar a atividade do rancho, não estando o mesmo com a documentação retificada.

O Sr. Presidente da Junta respondeu que o Rancho de Santa Marinha de Ferreiró teve uma proposta de reativação através do jovem Fernando, e que o mesmo está a trabalhar na reativação do mesmo. Pediu à Junta de Freguesia a cedência de um espaço para os ensaios e o mesmo foi cedido como incentivo à reativação do mesmo. O Sr. Presidente da Junta afirmou que não é sócio do rancho, e por isso não sabe se o mesmo tem contribuinte. Sabe que o rancho teve uma assembleia de tomada de posse de direção, mas que não sabe nem tem obrigatoriedade de saber os procedimentos que foram realizados pois reforçou que nem ele nem a junta é sócia da associação. Reforçou que o único apoio que foi dado ao rancho até ao momento foi a cedência de um espaço para os ensaios.

O Sr. Manuel Ferreira tomou a palavra e diz ser a favor do apoio da Junta às associações, mas que o senhor Presidente da Junta não pode dar apoio ao rancho nem dar uma sala de ensaios enquanto este não tiver todos os documentos atualizados. Voltou a reforçar que na reunião que esteve presente, o jovem ficou de colocar o rancho com os documentos em dia e afirma que, posteriormente, foi chamado à junta de Ferreiró para levar os documentos que tinha na sua posse, a pedido do rancho, e que os alertou para a necessidade de mudarem os nomes que estão registados para os atuais. Reforçou que alertou os jovens sobre as consequências de não atualizarem os documentos. Voltou a salientar que a Junta deve apoiar só as associações que têm tudo em dia.

ATAS

O Sr. Presidente da Junta diz ter estado presente em duas reuniões do rancho onde estiveram presentes o Sr. Manuel Ferreira, o Sr. Lino Cruz e o jovem Fernando Almeida. No decorrer da reunião reuniram a documentação existente. Pelo que o Sr. Presidente da Junta foi informado, o jovem Fernando reuniu toda a documentação e pediu a um profissional que tratasse da atualização dos documentos da mesma. Como a associação não estava a cumprir os estatutos internos da mesma, tiveram de começar do zero, criando uma direção. Salientou que o único apoio que o jovem pediu à Junta de Freguesia foi uma sala para realizar ensaios e perceber se conseguia gente suficiente para reativar o rancho, e que se o mesmo voltar a pedir esse apoio, a Junta irá ajudar. Reforçou que não se intromete na gestão interna das associações e que apenas apoia quando as mesmas lhe solicitam ajuda. Acrescentou que age de forma diferente aquando da atribuição de subsídios, onde nesses casos os documentos legais das associações são solicitados.

Pediu a palavra o Sr. Fernando Almeida, sugerindo que o regimento seja publicado para acesso de todos. O Presidente da Mesa da Assembleia afirmou que o mesmo estará publicado no site da junta, bem como estará disponível em formato papel na próxima assembleia. Acrescentou que se alguém o quiser em formato digital, também o pode solicitar por email à Assembleia de Freguesia.

O Sr. Presidente da Junta pediu a palavra para informar e reforçar juntos dos presentes que por vezes os documentos não são publicados de imediato nos meios digitais por os mesmos serem geridos por uma empresa externa. Referiu que por vezes há emails perdidos ou extraviados e que por isso podem ocorrer erros nos prazos de publicação de documentos.

A Sr^a Sílvia Saraiva pediu a palavra e questionou, dentro do assunto debatido das associações, o porquê de a Junta reunir com as associações para organizar o calendário visto que referiu não ser sócia e não se intrometer nos assuntos internos das mesmas. O Sr. Presidente da Junta esclareceu que essa reunião é feita para que todas as atividades promovidas pela Junta e pelas associações possam ser feitas sem coincidirem, facilitando a adesão aos eventos existentes.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa da Assembleia deu por terminada a reunião da qual se lavrou a presente ata, que será aprovada e assinada.

José Manuel Novais Torres
Cristina Vintequatro
Marina Daniela dos Almeida
Sérgio Manuel Santos
Sancho Gil de Sousa Araújo
Ana Sofia Araújo Costa
Sílvia Saraiva
João Carlos Santos